

## MARISQUEIRAS DO RECANTO DO IPIRANGA: A PESCA ARTESANAL COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA DA VIDA E AUTONOMIA DAS MULHERES

Eloí Nunes<sup>1</sup>  
Marina Garcia<sup>2</sup>

### RESUMO:

*Este artigo aborda as relações de vida e trabalho das marisqueiras do Recanto do Ipiranga, situado no bairro de Sepetiba na zona oeste do Rio de Janeiro, território marcado pela falta de investimentos públicos e em políticas públicas. A partir da perspectiva do feminismo negro, interseccional e decolonial, enfatizando os recortes de gênero, raça e de classe, pretende-se compreender as opressões que afetam o trabalho, o cotidiano e a vida das marisqueiras. Busca-se visibilizar a autonomia e resistência das marisqueiras, destacando que através da pesca artesanal, essas mulheres perpetuam uma prática tradicional existente naquele território, saber passado a elas por suas famílias.*

**PALAVRA CHAVE:** *Marisqueiras, Recanto do Ipiranga, Memória, Resistência, Autonomia.*

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais. Instituição: FIC/FEUC. E-mail: eloinessilva@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestra em Ciências Sociais. Instituição: FIC/FEUC. E-mail: marinafgarcia04@gmail.com

**ABSTRACT:**

*Este artículo aborda las relaciones de vida y trabajo de las marisqueiras del Recanto do Ipiranga, situado en el barrio de Sepetiba en la zona oeste de Río de Janeiro, territorio marcado por la falta de inversiones públicas y en políticas públicas. A partir de la perspectiva del feminismo negro, interseccional y decolonial, enfatizando los recortes de género, raza y de clase, se pretende comprender las opresiones que afectan el trabajo, el cotidiano y la vida de las marisqueiras. Se busca visibilizar la autonomía y resistencia de las marisqueiras, destacando que a través de la pesca artesanal, esas mujeres perpetúan una práctica tradicional existente en aquel territorio, saber pasadas a ellas por sus familias.*

**PALABRAS CLAVES:** *Marisqueiras, Recanto do Ipiranga, memoria, resistencia, autonomía.*

---

## **Introdução**

O tema proposto – “Marisqueiras do Recanto do Ipiranga”<sup>3</sup> a pesca artesanal como prática de resistência da vida e autonomia das mulheres” visa analisar como, no cotidiano e no trabalho, as marisqueiras do Recanto do Ipiranga enfrentam no território uma realidade de ausências. Quando pensamos o território do Recanto do Ipiranga, em Sepetiba, bairro situado na zona oeste do Rio de Janeiro, é preciso compreender como esse território é afetado pela falta de investimentos públicos e em políticas públicas, que desprivilegiam as populações que vivem no entorno da Baía de Sepetiba, sobretudo, as populações tradicionais que vivem da pesca artesanal. Portanto, esta análise irá se basear em uma perspectiva interseccional<sup>4</sup>, do recorte de gênero, raça e classe, assim como do território, para compreender como a intersecção dessas opressões afetam o trabalho, o cotidiano, a vida das marisqueiras do Recanto do Ipiranga exercendo exclusão, a medida em que contribui para aprofundar a situação de vulnerabilidade econômica e a reforçar a invisibilização do trabalho das mulheres que vivem naquele território.

A contextualização social do bairro é embasada por dados de instituições oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizando dados do Censo Demográfico do ano de 2010. Nesta abordagem, salientaremos como a historicidade cultural do bairro é permeada pela história dessas mulheres trabalhadoras, as marisqueiras do Recanto do Ipiranga, destacando que, através da pesca artesanal, elas perpetuam uma prática tradicional existente naquele território, saber passado a elas por suas famílias.

De uma revisão bibliográfica feminista, com a predominância de autoras negras enfatizando a perspectiva de abordagem do feminismo negro, interseccional e decolonial, “cabe ressaltar que o movimento de mulheres do Brasil é reconhecido internacionalmente em relação às indagações, formulação, reivindicação, no tocante à realidade das mulheres, e o enegrecimento do feminismo vem sendo importante para, simultaneamente,

---

<sup>3</sup> Chegamos ao território do Recanto do Ipiranga, pela primeira vez, no contexto da pesquisa ação elaborada pela Militiva, uma coletiva de feministas militantes que se reuniu entre 2015 e 2018 para investigar o racismo socioambiental enfrentado pelas mulheres na Zona Oeste carioca. Mais informações desse processo podem ser acessadas pelo link <https://www.militiva.org.br/>.

<sup>4</sup> A perspectiva interseccional é oriunda do movimento feminista negro interseccional, que leva em consideração que as opressões que as mulheres negras sofrem vão muito além do gênero, uma vez que sofrem uma tripla opressão: machismo, racismo e preconceito de classe social. Como principais teóricas desta linha, podemos destacar Audre Lorde, bell hooks e Lélia Gonzales (ANUNCIADA, 2015).

questionar as desigualdades de gênero e intragênero” (CARNEIRO, 2003). Nesse aspecto, junto a essas reflexões e à pesquisa de escritoras negras, pretendemos abordagens e construção de narrativas outras, comprometidas com a valorização das vivências. E, no respeito aos saberes e ao cotidiano, visibilizar o trabalho das marisqueiras através da pesca artesanal.

Desta forma, propomos uma ruptura com normas hegemônicas de construção do conhecimento, respeitando o lugar de fala das marisqueiras entrevistadas a fim de preservar percepções que elucidam o tema proposto (RIBEIRO, 2017). Através da observação participante, metodologia de pesquisa adotada, com idas ao território, realização de entrevistas e diálogos com as marisqueiras do Recanto do Ipiranga. Método em que, através das entrevistas, observação e da aproximação com o contexto social ou grupo social observado, é possível realizar uma análise qualitativa e detalhada (ANGROSINO, 2009). Prosseguindo na análise do tema, o cotidiano é *locus* importante da análise (XAVIER, 2003).

## **1. O território e a questão racial**

O Recanto do Ipiranga é parte de uma área de reserva militar, que está situada nas margens da baía de Sepetiba, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro, e abriga uma pequena ocupação pesqueira habitada por quatorze famílias, sendo algumas delas de pescadoras e pescadores artesanais. É uma ocupação urbana que está em processo de regularização fundiária.

*O Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), autarquia estadual vinculada à Secretaria de Habitação, com assento constitucional (art. 248e incisos e art. 27, inciso VI do ADCT, todos da constituição do Estado do Rio de Janeiro) criado pela Lei 1. 738/90, alterada pela Lei 2.695/97 e legitimamente constituído para, dentre outras competências, gerir o patrimônio imobiliário do Estado e promover a regularização fundiária de áreas urbanas e rurais, ocupadas por famílias de baixa renda, DECLARA que os ocupantes da COMUNIDADE DOS PESCADORES ARTESANAIS DO RECANTO DO IPIRANGA, situada à Rua Romeu Projetada, n° 07, Praia do Cardo, Sepetiba, Rio de Janeiro, estão*

*assistidos por este instituto, onde tramita o processo de regularização fundiária nº E-19/200.341/2007, atualmente no aguardo da realização de levantamento topográfico. (ITERJ, 2017)*

Nesse território, há falta de investimento em políticas públicas de planejamento urbano, de mobilidade urbana, de moradia, de saúde, de educação, de cultura e de empregabilidade, tais como de políticas públicas que incentive a pesca artesanal.

As marisqueiras dedicam-se a trabalhar na pesca artesanal do marisco. Deste ponto em diante nós abordaremos o trabalho realizado pelas suas mãos. Sendo um território marcado pela dificuldade em acessar os direitos básicos e por outras problemáticas, como a dificuldade na mobilidade urbana, adensamento populacional, as remoções e expulsões dentro do próprio território, a evasão escolar e o desemprego.

Há uma distinção no investimento em políticas públicas, se comparada a outras regiões administrativas da cidade. Essa situação tem se agravado ao longo dos últimos anos como consequência do aumento do investimento em obras, a instalação de indústrias, o avanço da especulação imobiliária. Esse “desenvolvimento” vem alterando a paisagem rural e a rotina da população que precisa se readaptar a novos modos de ocupação e deslocamento dentro da própria zona oeste. Isso gera uma aceleração na ruptura com as práticas tradicionais que vão se extinguindo ou tornando-se inviáveis, como a agricultura, a pesca artesanal e o turismo de veraneio na orla das praias. A zona oeste é um território altamente marcado por divisões raciais, pois como defendido por Gonzales (1984), a divisão racial do espaço vem sendo construída historicamente, destinando a população negra os territórios de exclusão:

*Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominantes e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães do mato, capangas, etc, até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (GONZALES, 1984, p.232).*

Alguns dados do IBGE ajudam na elucidação desse cenário. Segundo os dados do último Censo Demográfico, realizado pelo IBGE, no ano de 2010, Sepetiba, com uma população de 56.575 habitantes, está entre os 10 piores bairros com cobertura de rede de esgoto do município do Rio de Janeiro. E, tendo em conta o recorte de gênero, em um território cuja maioria é de mulheres, 52%, sendo 57,71% mulheres negras. Sendo que mais de 55% não completaram o ensino fundamental. Evidenciando como a questão racial se impõe nas ausências explicitadas acima.

## **2. Mulheres, memórias, tradição e trabalho**

Embasada na metodologia adotada, acompanhamos momentos do trabalho das marisqueiras, realizamos entrevistas nas quais duas marisqueiras puderam falar acerca do seu trabalho como pescadoras artesanais, trabalhadoras autônomas: “A boca é um órgão muito especial, ela simboliza a fala e a emancipação.” (KILOMBA, 2010, p. 172). Nesse mote, algumas perguntas serviram como disparadoras de muitas reflexões. Compartilhadas por elas mesmas, é importante dizer que, embora não se autodeclarem como feministas, estão pensando criticamente as relações de gênero. As questões respondidas são permeadas por uma riqueza de muitos detalhes, tornando-se uma partilha generosa e carregada de sentido que fazem parte do cotidiano e do trabalho dessas mulheres.

O trabalho das marisqueiras do Recanto do Ipiranga é manual e, nesse fazer, o ciclo de transformação da matéria prima, o marisco em produto final próprio para comercialização, é realizado pelas mãos, um a um, pescado, lavado, “desembigado”<sup>5</sup>, lavado novamente, cozido, limpo, peneirado, embalado, pesado, congelado. Pelas mãos de cada uma delas, mulheres capazes de dominar as habilidades técnicas de todo processo produtivo relativo ao seu trabalho: “*Domino todo processo produtivo da pesca até a venda.*” (Marisqueira A). Inclusive, as marisqueiras confeccionam os objetos que as

---

<sup>5</sup> Desembigar é o termo utilizado pelas marisqueiras para descrever a retirada do umbigo do marisco. Depois da retirada, o umbigo é jogado novamente no mar, segundo o relato das entrevistadas, é importante para dar mais mariscos.

auxiliam nesse processo de preparo do marisco para a venda, como as latas de cozimento do marisco, o fogão a lenha, as peneiras, a maior e a menor. O trabalho realizado pelas marisqueiras do Recanto do Ipiranga é trabalho transformador e carregado de sentido.

Durante a observação e entrevistas com as marisqueiras, acompanhamos alguns momentos do processo produtivo artesanal, que costumam ser realizados em conjunto, embora cada uma delas seja responsável pelo seu marisco, ou seja, é comum elas estarem reunidas para tratar o marisco e prepará-lo para venda. No entanto, a entrevista foi concedida e autorizada por duas marisqueiras, moradoras do Recanto do Ipiranga. No decorrer da escrita optamos por chamá-las por Marisqueira A, mulher negra, 45 anos; e a Marisqueira B, mulher negra, 52 anos. O nome Marisqueira reafirma o modo como as mulheres são conhecidas no território, e que se auto identificam, remetendo ao trabalho realizado por elas, a fim de resguardar as suas respectivas identidades pessoais. Cuidando para que essa decisão não incorra na perpetuação dos silêncios, e nem mesmo a apropriação indevida ou distorção das narrativas tão gentilmente compartilhadas pelas mesmas. Realizamos a transcrição das falas das marisqueiras de maneira fiel.

Optamos por preservar relatos de algumas memórias compartilhadas pelas entrevistadas, que tanto reforçam as identidades individuais, permeadas por uma riqueza de histórias pertinentes a nossa abordagem, quanto peculiaridades territoriais no entorno da Baía de Sepetiba, como a presença de comunidades de pescadores tradicionais, das quais elas mesmas são fruto.

A Marisqueira A, 45 anos, mulher negra, conhecida por todos no Recanto no Ipiranga por um apelido, a forma carinhosa como sua bisavó a chamava quando criança, é a forma como ela gosta de ser chamada por todos até os dias atuais. Para ela, o apelido não foi a única referência herdada de sua bisavó. De sua bisavó uma mulher negra, a Marisqueira A relata suas memórias, como que apontasse as marcas dos castigos que sua bisavó trazia no corpo e lhe mostrara quando ainda era criança. Recordou-se também, do gosto pela agricultura e a mão boa pra lidar com a terra, atividade desenvolvida pela matriarca da sua família na Foice, Morro situado no bairro de Guaratiba, zona oeste. Lá na Foice, foi onde ela aprendeu junto às mulheres de sua família a lidar com a terra: “A única coisa que a minha bisavó não sabia fazer era sal.” (Marisqueira A).

De suas famílias, as pescadoras herdaram a tradição, o gosto pela agricultura e o ofício da pesca artesanal, passado a elas e a seus irmãos pelos seus pais, que na ausência de alguém que pudesse se responsabilizar pelo cuidado com as crianças enquanto trabalhavam, levavam-nas. Assim, o saber vem sendo passado de geração em geração, como uma brincadeira que integra a todos no fazer. hooks (2000) ilustra esse cenário em sua reflexão, pois para as mulheres que vivem num contexto empobrecido, marcado pela exclusão e pelo racismo, é fundamental alinhar os espaços entre o cuidado e o trabalho. “E num contexto de pobreza, quando a luta pela sobrevivência se faz necessária, é possível encontrar espaços para amar e brincar, para se expressar criatividade, para se receber carinho e atenção. Aquele tipo de carinho que alimenta corações, mentes e também estômagos. No nosso processo de resistência coletiva é tão importante atender as necessidades emocionais quanto as materiais.” (Hooks, 2000, p.5).

Desse modo, a oralidade e a prática experimentada faz com que o saber seja assimilado de geração em geração. Nossa segunda entrevistada, estamos chamando de Marisqueira B, 52 anos, mulher negra. Além da pesca artesanal do marisco e da relação de vizinhança na ocupação pesqueira do Recanto do Ipiranga, onde moram atualmente com suas respectivas famílias, a história dessas duas mulheres é marcada pelas memórias compartilhadas do tempo de meninas, quando ainda viviam lá na Foice, e dos saberes que de lá trouxeram, não se distanciando mais dos modos de viver que aprenderam: os saberes da agricultura e a tradição da pesca herdada de suas famílias nas idas à praia para acompanhar o trabalho.

### **3. Da invisibilização do trabalho à resistência e autonomia**

A análise das entrevistas com as marisqueiras evidencia que elas se reconhecem como trabalhadoras e valorizam o que fazem: “Aqui me sinto confortável em tudo, principalmente no meu trabalho. Adoro ficar ali na minha mesinha tirando marisco. Não tenho estresse, trabalho pra mim, ninguém me manda” (Marisqueira A). As marisqueiras prezam pela autonomia que a pesca artesanal do marisco lhes confere:

*“Meu pai é pescador da Pedra de Guaratiba, minha mãe também é pescadora, já criou a gente no marisco [...] eu ensinei para minhas filhas,*



*ensino para os meus netos. É melhor trabalhar pra gente mesma, do que ficar aturando patrão” (Marisqueira B, 52 anos)*

*“Meu pai era pescador, aprendi a pescar com ele [...] meu pai pescava só nos finais de semana. Minha mãe também era pescadora e levava todo mundo, não tinha como deixar, era todo mundo muito pequeno” (Marisqueira A, 45 anos)*

Os relatos de vivência compartilhados por elas resgatam aspectos históricos sobre o entorno da baía de Sepetiba, confirmando a existência de populações tradicionais que viveram e vivem da pesca artesanal. Contudo, a afirmação delas sobre a autonomia não compromete a leitura, as críticas e os alertas, que fazem em relação às opressões experimentadas como marisqueiras, ou seja, trabalho autônomo que as inclui num nicho de trabalhadoras informais, como afirmado pela Marisqueira A:

*“O nosso marisco nunca tem valor. Não é? Eles querem pagar preço de banana. Uns 20,00 reais seria justo, porque é muito trabalho [...] Eles não dão valor ao nosso trabalho!” (Marisqueira A).*

E continua descrevendo o passo a passo do processo produtivo, que exige muita habilidade técnica:

*“Sim! Eu vou lá, pesco, trago pra cá, lavo, “desembiga”, depois, lavo, cozinho, “penero”<sup>6</sup> de novo, limpo ele de novo, aí lavo, ensaco no pacote de 1kg e congelo pra vender. Depois de congelado ele dura até seis meses. Pior que tem muito processo no marisco, né? O cozimento dele é na lenha, nós é que fazemos tudo, a peneira, as latas do cozimento, ascendemos o fogo. Domino todo processo produtivo da pesca até a venda.” (Marisqueira A)*

Com isso, lamenta que todo o processo de produção realizado por ela não é reconhecido, evidenciando em sua fala a invisibilização do seu trabalho como marisqueira. Na maioria das vezes é o cliente que determina o preço final do marisco, desconsiderando-as. A importância do trabalho das marisqueiras no preparo do marisco para o consumo desaparece, perdendo o valor nesse momento final, a comercialização. As marisqueiras explicam como se dá a imposição dos consumidores.

*“Eles é que determinam o preço, por exemplo, o marisco deu uma sumida,*

---

6

Penero: peneirar, é usado pelas marisqueiras para descrever o ato de peneirar o marisco no processo de limpeza e preparo para deixá-lo próprio para o consumo.

*ficou um tempo sem marisco, quando a gente vai oferecer eles pagam 15,00 reais no kg. Com o passar do tempo eles baixam o preço, querem pagar 7,00 ou 8,00 reais o kg. Pra não ficar sem comprador e com muito marisco entocado, vende assim mesmo no preço deles [...]. Vem um moço lá de Niterói aqui pegar, só que agora ele quer pagar a 7,00 reais, quer dizer, fica difícil.” (Marisqueira A)*

Como outro aspecto da desvalorização do trabalho das mulheres como marisqueiras, destacamos a existência de intermediários entre produção e a comercialização do marisco: “Meu marido sai pra vender e entrega diretamente na peixaria” (Marisqueira A). Como aponta hooks (2000), a identificação dessa relação interseccional de opressões tem sido fundamental para a luta das mulheres, pois assim organizam novas formas de resistência frente as opressões: “A capacidade de reconhecer pontos cegos só pode surgir a medida em que expandimos nossa preocupação sobre a política de dominação e nossa capacidade de nos preocuparmos com a opressão e exploração” (hooks, 2000, p. 2).

Daí a importância de enfatizar o trabalho das marisqueiras em todos os seus processos, como gostam de descrever um a um. Identificando a invisibilização do trabalho das marisqueiras como sendo um desafio maior, construído historicamente, apoiados nas nossas raízes coloniais, que relegou às mulheres, sobretudo as negras, um lugar de subalternidade, inclusive nas relações de trabalho, legitimando-se até os dias atuais dentro desse sistema patriarcal, racista e capitalista. No exemplo acima, a fala da entrevistada aponta a intersecção nas formas de opressão expressas nesse momento da comercialização, pois, apesar de o processo ser realizado na maioria das vezes pelas mulheres, a negociação e comercialização efetua-se entre homens. Logo, opressão de gênero, raça e exclusão.

O reconhecimento pelo trabalho não é experimentado por ela mesma nem por suas companheiras. Reverberando no cotidiano, no trabalho e na vida das marisqueiras, dificulta o acesso a seus direitos, como o da retirada do Registro Geral da Pesca (RGP)<sup>7</sup>, carteira de pescadoras artesanais. A carteira RGP é a possibilidade de visibilizar o trabalho

---

<sup>7</sup> O Registro Geral da Pesca (RGP) garante aos pescadores e pescadoras profissionais artesanais acesso aos programas sociais do Governo federal, como microcrédito, assistência social e o seguro-desemprego, que é pago nos meses do Defeso.

dessas mulheres que vivem da pesca artesanal e assim garantir o recebimento do defeso<sup>8</sup>. Mesmo entre as marisqueiras do Recanto do Ipiranga, é um benefício que nem todas elas têm assegurado.

Entre as entrevistadas, podemos elucidar melhor a partir do exemplo da Marisqueira A que possui a carteira de pescadora artesanal (RGP):

*“Eu consegui tirar a minha carteira, mas não foi fácil. Precisei correr atrás, fui lá pra a cidade na Avenida Rio Branco, no Ministério do Trabalho, chegava a noite e dormia ali sentada na fila, pra no outro dia falar: ‘ih, não tem já demos a senha toda’. Eu vinha embora pra casa, com fome, com sede. Até que consegui ser atendida, foi assim que consegui ter minha carteira. Mas, passava fome lá embaixo na cidade [...] levei uns dois anos, de 2005 a 2007. Mas consegui, agora tenho direito a pegar o defeso, com esse dinheiro eu compro as coisas das minhas filhas, coisas que antes eu não podia dar [...] quando tirei minha carteira, que recebi meu primeiro defeso consegui fazer a minha casa, comprei minha geladeira, meu fogão, televisão. Hoje eu tenho as minhas coisas porque corri atrás” (Marisqueira A, 45 anos).*

Essa dificuldade em acessar seus direitos e as políticas públicas, é um impeditivo para algumas delas conseguirem a retirada da carteira. No tocante a realidade dessas mulheres, mães, trabalhadoras artesanais, que têm um horário apropriado para realização do seu trabalho, como no caso delas, o deslocamento é identificado como uma problemática desde a contextualização do território. Todos esses fatores são impeditivos que reproduzem opressão de gênero, exercendo, nesse caso específico das marisqueiras, o aprofundamento da situação de vulnerabilidade econômica. Como no caso da nossa segunda entrevistada, a Marisqueira B “Eu ainda não tenho carteira. Sabe por que? Não tenho essa paciência não”, complementa, referindo-se à fala de sua vizinha e companheira de trabalho também entrevistada.

O trabalho para as marisqueiras no Recanto do Ipiranga é um ato de resistência, que exige cautela, pois há riscos de acidentes graves:

*“O corte com essas cascas aí (referindo-se as cascas de mariscos e conchas) o corte disso aí demora a curar, é arriscado até perder a perna. Tem uma moça ali que perdeu as duas, por causa de um corte com uma concha [...]*

---

Defeso é o um período estipulado de paralisação temporária da pesca para a preservação das espécies (Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009). Durante esse período os pescadores devidamente regularizados tem direito ao benefício de um salário-mínimo mensal fornecido ao pescador profissional. O período de defeso do marisco acontece entre 01 de setembro e 31 de dezembro.

*vai que uma panela dessas vira em cima? Te queima toda, ali no fogo a gente só deixa uma pessoa só, se ficar em volta aquele montão mesmo quando você pega a lata, quando você vira a água que sai, ela espuma, pode vir toda pra cima.”(Marisqueira A)*

No entanto, a despeito de nem todas elas conseguirem acessar benefícios, como a carteira, e dos riscos de acidente durante o trabalho as marisqueiras reafirmam a satisfação de viver no Recanto do Ipiranga e trabalhar com a pesca artesanal. A reflexão de Walker (1972) ressalta a urgência da autoria das mulheres negras ser reconhecida, bem como a valorização da sua capacidade criativa, e da sua satisfação pessoal: “Mas algo da maneira na qual ela fala, algo da urgência que envolve o conhecimento de que suas histórias – como sua vida – devem ser gravadas.” (Walker, 1972, p. 5). No caso das marisqueiras, a história de suas vidas é marcada, além do trabalho, por seus vínculos familiares e pela rotina doméstica, pois a autonomia é um legado que trazem das referências familiares:

*“Eu me sinto feliz! Saio cansada, trabalho de 6h da manhã até às 7h da noite. Quando eu entro em casa ainda faço a janta, dou janta a todo mundo (familiares), só depois que dou a janta de todo mundo é que vou tomar banho e jantar. Então, me sinto feliz no que faço, não tenho do que reclamar [...] tanta vida sofrida que eu já tive, mas, eu sou feliz.” (Marisqueira A, 45 anos, grifo nosso)*

O Cotidiano é marcado também pela cooperação entre elas:

*“A gente trabalha com o marisco. Mas, sempre atenta às crianças [...] só tenho muito a agradecer de estar aqui e ver minhas filhas crescidas, e ver meus netos, sou avó de onze netos” (Marisqueira B).*

As marisqueiras resistem através do trabalho e constroem vínculos de solidariedade para si e para suas famílias. A ideia de família, no contexto da comunidade, é facilmente ampliada, no respeito aos mais velhos, na política da boa vizinhança, meios de manutenção e garantia da vida são construídos. O resgate das memórias das marisqueiras, e o reconhecimento que elas trazem da importância dos aprendizados é fundamental nesse caminho de reafirmação de suas identidades, a fala da Marisqueira A evidencia essa

importância, quando ela afirma: “a única coisa que sua bisavó não sabia fazer era sal.” (Marisqueira A)

A Marisqueira A faz algumas considerações importantes revelando o cotidiano do trabalho e da vida dessas mulheres. “Quando nos conhecemos eu tinha 8 anos de idade” referindo-se a sua vizinha, companheira de trabalho e nossa outra entrevistada, Marisqueira B. Elas lembram do tempo em que ainda viviam lá, modo como elas costumam referir-se a Foice em Guaratiba, zona oeste. “O mar eu só vou mesmo pra pescar o marisco, mas a terra. Eu já vim dela, né? Lá onde eu morava plantando, eu colhia [...] capinava, cortava bambu, fazia cerca [...] não tinha água não tinha luz, a gente tirava água do poço” (Marisqueira A). Tomada de emoção, a Marisqueira B complementa: “Era um ótimo lugar aquilo lá”.

Recordaram-se da chegada ao Recanto do Ipiranga “Quando vim pra cá quase morri. Não sabia que tinha o marisco, ficava aqui, quase morri [...] depois que eu fiquei sabendo que tinha marisco aqui também. Eu sempre pegava o marisco lá na Brisa com os meus pais.” (Marisqueira A)

*“Quando nós viemos morar aqui em Sepetiba eu estava com 15 anos de idade [...] depois que eu vim morar em Sepetiba com a minha mãe, nós fomos pra lá bairro da Foice novamente, decidi voltar pra cá com as minhas filhas. Nós morávamos no barco. Eu cheguei aqui meu filho tinha apenas três meses de nascido, isso tem vinte e seis anos [...] A época que eu vivo aqui. Caía no mar às 4h da manhã, tinha muito peixe, siri, marisco. Ali na praia da Dona Luíza era lindo, a gente atravessava andando, dava para atravessar andando a praia, a água limpinha. Meu sobrinho de três anos foi curado de uma queimadura nas pernas com aquela lama medicinal que tinha na dona Luíza” (Marisqueira B).*

As razões que as levaram a viver no Recanto do Ipiranga é uma memória triste que envolvem relatos de violência no bairro onde viviam anteriormente, o Morro da Foice em Guaratiba. Logo elas optaram por continuar dialogando sobre a vida, o cotidiano, a pesca artesanal e o território em que elas trabalham e moram atualmente. Mencionam como planejam melhorias estruturais para o ambiente de trabalho:

*“Eu queria mesmo fazer uma aguada aqui, tirar essa lamaceira depois que peneiramos o marisco na lona, no chão. Fazendo uma aguada em volta do fogo depois que terminasse de peneirar o marisco, lavava pra não ficar fedendo, isso que eu queria. Fora isso aqui pra mim é tudo bom, não tem*

*perigo. Não tem nada de ruim.” (Marisqueira A).*

Ressalta-se, assim, a capacidade autônoma e organizativa destas mulheres. Assim, com gratidão pela generosidade das marisqueiras encerramos nossa entrevista.

## **Considerações Finais**

No decorrer desta análise refletimos sobre como as marisqueiras, através da perpetuação da tradicional pesca artesanal herdada de suas famílias, têm realizado a ressignificação dessas práticas tradicionais, isto é, quando elas se recusam a ceder ao mercado de trabalho formal, reafirmando a importância de sua autonomia e do reconhecimento do seu trabalho, por vezes, invisibilizado, sendo até desvalorizado economicamente. O reconhecimento do trabalho das marisqueiras do Recanto do Ipiranga, em Sepetiba, zona oeste do Rio de Janeiro, é um passo em direção a retratação histórica. Destacando como exemplo as marisqueiras entrevistadas: Marisqueira A, mulher negra, 45 anos, e Marisqueira B, mulher negra, 52 anos, (optamos por descrever a cor da pele das mulheres, pois compreendemos que é um marcador importante que distingue experiências cotidianas mesmo dentro daquele território) a questão racial se impõe. Considerando a própria configuração territorial do bairro de Sepetiba, embasadas pelos dados do IBGE e através da valorização das narrativas das marisqueiras, seguimos permitindo-nos conhecer a historicidade da zona oeste, a partir da vivência delas e de suas famílias na tradicional pesca artesanal, prática que vem extinguindo-se devido à poluição causada na baía de Sepetiba.

Outro aspecto que podemos destacar como um passo em direção à ruptura com as opressões, é a relação que elas constroem entre si, vínculos que as permitem trabalhar juntas, dando conta do cuidado dos filhos. Aprendizado que trazem de suas próprias vidas, nesse sentido, alinhadas com a experiência comunitária e feminina, realizadas por suas bisavós, avós e mães, indo à raiz das práticas de resistência. Como mencionaram, aprenderam a pescar, pois eram levadas pelos pais na falta de alguém que pudesse se

responsabilizar pelo cuidado das crianças. Esse é um enfrentamento muito caro à vida das mulheres que, na ausência de investimentos em políticas públicas adequadas, precisam elas mesmas criar meios de educar os filhos e trabalhar, exercendo uma tripla jornada de trabalho, como é o caso das marisqueiras.

A partir da perspectiva de análise proposta, concluímos que, para a construção de novas práticas sociais que rompam com as opressões de gênero, raça e classe, nesse território, precisamos partir das experiências e das vivências das marisqueiras para elucidação dessas opressões, pois nesse caso, raça, gênero, classe e território são relações que se retroalimentam. Do mesmo modo, é dando visibilidade às vivências que caminhamos em direção à ruptura com as opressões, sem negar a precariedade do contexto social em que as marisqueiras vivem, pois reconhecemos como um aspecto grave que reforça mais uma vez a urgência em avançarmos nessa empreitada de ruptura com essas estruturas de dominação opressoras.

Contudo, é a narrativa das marisqueiras que conduz essa ruptura. A fala evoca ao longo do texto formas distintas de emancipação. A afirmação do trabalho como ato de resistência e satisfação pessoal. A capacidade autogestionária para realização desse trabalho, a habilidade técnica exigida na pesca artesanal do marisco. A historicidade do território, as referências e a valorização dos vínculos familiares. A emancipação vem sendo forjada por elas em seu cotidiano, a passos curtos, em direção à superação dessas opressões. Por fim, ir ao encontro das histórias, até quando pudermos todos igualmente ocupar os mesmos espaços. Assim, as marisqueiras do Recanto do Ipiranga são reconhecidas, pela resistência e autonomia que constroem na prática da tradicional pesca artesanal, como trabalhadoras.

## Referências Bibliográficas

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed. 2009.

ANUNCIADA, Patrícia. **Feminismo Interseccional: um conceito em construção**. 2015. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2015/09/29/feminismo-interseccional-um-conceito-em-construcao/>. Acesso em: 08/11/2018.

BRASIL. **Lei no 10.779/2003, de 25 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Brasília: Congresso Nacional, 2003.

\_\_\_\_\_. **Lei no 11.959/2009, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2009

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n.49, p. 117-133, 2003.

IBGE. **Censo Demográfico - 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 out. 2018.



FIPERJ, **Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento**. Disponível em: <http://www.fiperj.rj.gov.br/index.php/main/defeso>. Acesso em 08/11/2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

HOOKS, Bell. Vivendo de amor. **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**, v. 2, p. 188-198, 2000.

\_\_\_\_\_, Amor como prática da liberdade. 2006

KILOMBA, Grada. "The Mask". In: **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag. 2. Auflage, 2010.

MILITIVA: **a militância investigativa**. Disponível em: <https://www.militiva.org.br/> . Acesso em 08/12/2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Letramento Editora: Justificando. 2017.

XAVIER, Lúcia M. **Cotidiano de violência**. Relatório DHESC: Consejo Economico Y Social, 2003.

WALKER, Alice. **Em busca dos Jardins de Nossas Mães**. 1972. Tradução de Letícia Cobra Lima.

WALKER, Alice. In Search of Our Mothers' Gardens. In: MITCHELL, Angelyn (ed.). **Within the Circle: An Anthology of African American Literary Criticism from the Harlem**

Renaissance to the Present. Durham and London: Duke University Press, 1994.  
Disponível em:[http://www.uwosh.edu/african\\_am/aas-100-canon-materials/walker\\_in\\_search.pdf](http://www.uwosh.edu/african_am/aas-100-canon-materials/walker_in_search.pdf).